



OBSERVATÓRIO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO

observatoriotabaco.ensp.fiocruz.br



BOLETIM 13

Editorial

Nesta Edição, trataremos do debate em torno dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEF) no Brasil, que continua ganhando novos e preocupantes contornos. A indústria do tabaco continua adotando ousadas estratégias para reverter a proibição da comercialização de DEF, publicada na RDC 855/2024 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A indústria do tabaco e seus aliados, têm usado influenciadores digitais e outros grupos de fachada para interferir na política definida pela ANVISA e apoiada por diversos setores da saúde pública e da sociedade civil.

Essa abordagem poderá ser observada na entrevista feita com o jornalista Pedro Nakamura, publicada no portal Núcleo, que revelou a existência de uma campanha de marketing irregular envolvendo grandes influenciadores com a marca de cigarros eletrônicos Ignite. De acordo com Nakamura, celebridades como Gustavo Lima e Kevin Chris estão sendo associados ao comércio ilegal de vapes que têm conquistado um mercado crescente. Os influenciadores digitais, com milhões de seguidores, são modelos de comportamento para muitos jovens e adolescentes que passam a “normalizar” o uso de DEF como se fossem produtos que não oferecessem danos à saúde ou ao meio ambiente.

A reportagem de Nakamura e os desdobramentos que vieram a partir dela trazem à tona a necessidade de um debate público mais amplo e informado sobre os perigos dos cigarros eletrônicos.

No campo político, a situação continua alarmante. A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), apelidada de "Musa do Fumo", tornou-se uma das principais defensoras da liberação dos cigarros eletrônicos no Brasil. Thronicke tem repetidamente minimizado os riscos desses dispositivos, alegando que sua regulamentação seria uma solução para o contrabando.

No entanto, sua postura tem sido útil aos interesses da indústria. Ao defender a liberação dos DEF, a senadora parece ignorar as robustas evidências científicas amplamente divulgadas, que mostram danos à saúde associados à exposição a esses dispositivos, como dependência a nicotina, problemas respiratórios e cardiovasculares graves. A defesa pública da senadora por esses produtos levanta sérios questionamentos sobre o impacto do lobby da indústria do tabaco no Brasil.

Além das campanhas de marketing digital e das movimentações políticas, o cenário regulatório também está sob ameaça. A reforma tributária, em discussão no Congresso, deverá estabelecer nova forma de calcular os valores de tributos sobre produtos nocivos à saúde, como bebidas alcoólicas e cigarros, tem sido objeto de intenso lobby dessas indústrias. Grupos como o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que tem entre seus parceiros a British American Tobacco (BAT)¹ apresentam propostas que, na prática, aliviam a carga tributária para esses produtos. Essa interferência no processo legislativo prejudica os esforços de controle do tabagismo e favorece a continuidade de um ciclo de danos à saúde pública.

As táticas usadas pela indústria estão em constante evolução, mas o compromisso com a proteção da saúde pública deve prevalecer. O Brasil, que tem sido, há décadas um exemplo exitoso de combate ao tabagismo, deve continuar resistindo à pressão da indústria e fortalecendo suas políticas de controle.

Luis Guilherme Lemos Hasselmann
Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) – Fiocruz

Fonte: <https://ccif.com.br/parceiros/>

A Reforma Tributária e os Interesses da Indústria do Tabaco: Um Olhar Crítico

Nos últimos anos, a reforma tributária tem sido um tema central nas discussões econômicas do Brasil, especialmente com a proposta de implementação de um imposto seletivo. Essa iniciativa visa aumentar as alíquotas sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e os cigarros, em um esforço para não apenas desestimular o consumo de tais produtos, mas também gerar receita para o financiamento de políticas públicas. Entretanto, a aproximação entre o processo de reforma tributária e a indústria do tabaco levanta sérias preocupações sobre a influência de interesses corporativos nas decisões que afetam a saúde da população.

Bernard Appy, atual secretário especial da Reforma Tributária, tem um histórico de interação com empresas do setor privado. O Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), fundado por Appy, tem como parceiras grandes corporações, como a AMBEV e a British American Tobacco (BAT). Estas parcerias certamente comprometem a independência do CCiF.

O imposto seletivo é um tema crucial para a indústria do tabaco. As empresas do setor têm demonstrado interesse em influenciar a forma como esse imposto será implementado. Historicamente, essas corporações têm buscado maneiras de minimizar os impactos financeiros de novos tributos, argumentando até mesmo a favor da criação de "marcas de combate" para concorrer com o cigarro contrabandeado. Essa estratégia não apenas desvia a atenção das questões de saúde pública, mas também pode perpetuar o ciclo de consumo e dependência do tabaco.

A questão central reside na relação entre as políticas públicas e os interesses corporativos. Embora algumas delas aleguem trabalhar em prol do bem público, a realidade é que o envolvimento de indústrias cujos produtos são conhecidos por causar malefícios à saúde e até mesmo a morte contraria a missão de promover a saúde da população. A situação se torna ainda mais preocupante quando consideramos a evidência de que as políticas públicas que

buscam reduzir o consumo de tabaco estão sendo moldadas por aqueles que têm um histórico de resistência a tais mudanças.

Além disso, a proposta de tributação sobre produtos ultraprocessados e bebidas açucaradas, defendida por profissionais de saúde e ativistas, também enfrenta resistência de empresas como Ambev e Coca-Cola, parceiras do CCiF que se apresenta como um *think tank* independente, mas sua ligação com grandes indústrias, notoriamente associadas a externalidades negativas, torna essa independência questionável. Essa luta para proteger os interesses econômicos dessas corporações coloca em xeque a efetividade da reforma tributária como uma ferramenta de promoção da saúde pública e redução das desigualdades sociais.

À medida que o Brasil avança nas discussões sobre a reforma tributária, é essencial que a sociedade civil e os representantes da saúde pública mantenham um olhar crítico sobre como as decisões estão sendo tomadas. O fortalecimento de políticas que priorizem a saúde da população deve estar à frente de quaisquer interesses corporativos. A luta contra o tabagismo e outras doenças relacionadas não pode ser ofuscada por pressões de empresas que, historicamente, têm se beneficiado da falta de regulamentação e da resistência a políticas que buscam proteger a saúde pública.

Em conclusão, a reforma tributária no Brasil, especialmente no que tange ao imposto seletivo, apresenta uma oportunidade única para promover mudanças significativas em prol da saúde da população. Contudo, a influência da indústria do tabaco e seus aliados na formulação de políticas públicas é um fator que não pode ser ignorado. É crucial que se estabeleçam mecanismos que garantam a transparência e a verdadeira independência das propostas em debate, assegurando que o bem-estar da população esteja sempre em primeiro plano.

Fontes:

<https://ojoioetrigo.com.br/2022/02/industria-do-tabaco-tenta-passar-ilesa-pela-reforma-tributaria/>

<https://ojoioetrigo.com.br/2023/10/reforma-tributaria-tabaco/>

<https://ojoioetrigo.com.br/2024/04/corporacao-tabaco-financia-entidade-secretario-reforma-tributaria/>

Entrevista

Investigando a Promoção Velada de Vapes: Uma Entrevista com Pedro Nakamura

A matéria publicada pelo jornalista Pedro Nakamura no portal Núcleo revelou uma campanha de marketing irregular que envolve grandes influenciadores brasileiros e uma conhecida marca de cigarros eletrônicos, a **IGNITE**. A empresa utilizou influenciadores como Gustavo Lima e Kevin O Chris para promover uma vodka da mesma marca, mas indiretamente associou esses produtos aos vapes contrabandeados, que têm grande popularidade no Brasil, apesar da proibição da ANVISA. O caso expôs não apenas questões legais relacionadas ao marketing indireto de dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), mas também as táticas de empresas para burlar a legislação e ampliar seu alcance.

Vamos acompanhar o processo de apuração e os desdobramentos dessa reportagem, assim como os desafios enfrentados durante a investigação e o impacto da matéria na sociedade.

Entrevistado: Pedro Nakamura

1. Como surgiu o primeiro indício de que a Ignite estava utilizando influenciadores para promover seus vapes de forma indireta? Quais foram as principais fontes de informação que ajudaram a comprovar essa prática?

Eu estava investigando se as principais marcas de cigarros eletrônicos vendidas no Brasil mantinham algum tipo de atuação formal aqui ou no Paraguai. Como a Ignite é uma delas, busquei informações e logo percebi que a empresa tem como vice-presidente de vendas um brasileiro, ex-diretor da Philip Morris e da Ambev. Notei também que eles haviam registrado um CNPJ recentemente no Brasil, o que me pareceu estranho. A referência à Ambev também chamou minha atenção, e logo descobri que a Ignite possuía uma marca de bebidas. Ao pesquisar nas redes sociais, encontrei perfis que promoviam destilados da marca, anunciando lançamento em breve no Brasil, e observei que o marketing no Instagram cruzava com as páginas oficiais da

Ignite no exterior. Esse foi o primeiro indício. Em seguida, através das hashtags e publicações nesses perfis, consegui identificar as primeiras atividades de influenciadores.

2. Durante a apuração, quais foram os maiores obstáculos que você e sua equipe enfrentaram para obter informações e confirmar o envolvimento de influenciadores tão conhecidos no Brasil? Houve resistência por parte dos citados?



Todas as informações estavam disponíveis em posts públicos e de forma aberta nas redes sociais. As páginas oficiais da Ignite facilitaram meu trabalho ao coletarem e arquivarem stories e divulgações de influenciadores parceiros nos "destaques" de seus perfis no Instagram. O desafio foi assistir a todo o conteúdo e catalogá-lo. Outra dificuldade foi o monitoramento constante dessas páginas. Durante uma semana, precisei acessar diariamente uma lista de perfis da Ignite para salvar os stories compartilhados, além de verificar os perfis que faziam as divulgações e analisar como essa rede se articulava. Nas redes sociais, as informações desaparecem rapidamente, então foi necessário agir com agilidade para arquivar as evidências, o que felizmente consegui fazer.

3. Ao produzir a matéria, como você lidou

com a complexidade de associar a campanha de marketing das bebidas à promoção indireta de vapes, uma prática ilegal? Houve algum cuidado adicional na construção do texto para evitar possíveis repercussões legais?

A resolução da Anvisa é bastante clara sobre essa proibição. A norma estabelece que é vedado utilizar a marca de um dispositivo eletrônico para fumar (DEF) em outro produto. Pareceu, inclusive, que a agência havia previsto que casos como o da Ignite poderiam ocorrer. Entramos em contato com a Anvisa para confirmar essa interpretação. Em relação aos cuidados legais na construção do texto, como não entrei em contato diretamente com todos os influenciadores que cataloguei, usei termos como “divulgações”, “publis” e “parcerias” — que não implicam necessariamente em pagamento em dinheiro — já que não consegui confirmar a forma de recompensa pelos posts. No entanto, todas as publicações tinham um caráter comercial evidente. O volume de perfis encontrados deu consistência à conclusão de que se tratava de uma ação de marketing, pelos padrões identificados: mesmo tipo de “recebido”, textos padronizados e perfis marcados de forma recorrente.

4. Qual foi o impacto imediato da matéria na mídia e nas redes sociais? Você percebeu alguma mudança de postura dos influenciadores ou da empresa após a publicação da reportagem?

Após a publicação da reportagem, alguns veículos repercutiram a notícia e a Anvisa informou que instaurou um processo administrativo sanitário para investigar o caso. Não notei mudanças de comportamento por parte da Ignite, da Nosso Drink (a distribuidora oficial da bebida) ou dos influenciadores. Provavelmente, só haverá alteração na conduta caso ocorra uma ação legal. Entre os leitores, a matéria teve uma boa recepção para os padrões do Núcleo, o que indica interesse pelo tema e pela marca.

5. Considerando o conteúdo da matéria e os desdobramentos desde a sua publicação, você acredita que essa investigação poderá influenciar a regulamentação de práticas de marketing envolvendo produtos ilegais, como os cigarros eletrônicos? Que resultados práticos espera ver após essa denúncia?

Com base na legislação sanitária, acredito que o cumprimento da norma exigirá a retirada das bebidas da marca do mercado e a aplicação de multas aos responsáveis pela campanha, incluindo possivelmente alguns influenciadores. A regulamentação da Anvisa sobre o marketing de cigarros eletrônicos já é adequada e robusta, mas gostaria de vê-la sendo cumprida de maneira mais rigorosa, para evitar que as marcas de vapes atuem de forma tão ousada. Elas já operam no Brasil e nos veem como um mercado promissor. Existe um comércio ilícito significativo, predominantemente abastecido por distribuidoras do Paraguai, onde o cigarro eletrônico é legalizado, e essas empresas lucram exportando parte de seus produtos para cá. Não seria a primeira vez que a indústria do tabaco adota esse tipo de tática. O contrabando é uma das formas que utilizam para abrir novos mercados. Claramente, o objetivo do lançamento das bebidas da Ignite era aumentar a exposição da marca de vapes. Dado o interesse na legalização dos produtos, não é surpreendente que as empresas do setor recorram a estratégias de marketing irregulares para garantir participação no mercado. Também seria interessante ver uma atuação mais efetiva do Ministério Público, Receita Federal e Secretaria Nacional do Consumidor, em colaboração com a Anvisa.

Fontes:

<https://nucleo.jor.br/reportagem/2024-08-30-marca-vapes-ignite-vodka-influencers/>

<https://nucleo.jor.br/institucional/2024-09-04-anvisa-apura-marketing-bebida-vape-ignite/>

Perfil da Senadora Soraya Thronicke: A "Musa do Fumo" e Seu Lobby pela Liberação dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar

A senadora sul-mato-grossense Soraya Thronicke (Podemos) ganhou notoriedade no cenário político brasileiro, sendo frequentemente referida como a "Musa do Fumo". Sua ascensão ao título está intimamente ligada a sua defesa pela liberação dos DEF no Brasil, o que certamente favorece a indústria do tabaco.

Em abril de 2024, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu, por unanimidade, manter a proibição da comercialização, fabricação e importação dos cigarros eletrônicos no país. Essa decisão deveria sepultar o Projeto de Lei nº 5.008/2023, de autoria de Thronicke, que pretendia liberar estes produtos. A senadora não hesitou em criticar a Anvisa, alegando que a proibição favorece o comércio ilegal e ignora a popularidade crescente dos cigarros eletrônicos no Brasil, onde, apesar da proibição, cerca de 4 milhões de pessoas já teriam experimentado esses dispositivos.

Thronicke frequentemente utiliza suas redes sociais para defender a regulamentação dos cigarros eletrônicos, apontando que a proibição atual tem efeitos adversos, permitindo a entrada de produtos contrabandeados, portanto, não regulamentados. Em suas falas, a parlamentar ressalta uma preocupação "como mãe", destacando a necessidade de controle sobre os produtos consumidos por jovens e adultos. No entanto, críticos apontam que seus argumentos carecem de dados científicos pois, parecem ser baseados em informações tendenciosas, muitas vezes ligadas a pesquisas encomendadas pela própria indústria do tabaco.

O posicionamento da senadora é contestado por especialistas em saúde. Durante um debate na TV Senado, o pneumologista Paulo César Corrêa expôs que a regulamentação proposta por Thronicke apenas beneficiaria a indústria tabagista, que enfrenta prejuízos significativos devido aos custos sociais e econômicos do tabagismo no Brasil. Ele ressaltou que os DEF são tão nocivos quanto os cigarros tradicionais, desafiando a ideia de que a regulamentação

seria uma medida de redução de danos.

A senadora também tem sido alvo de críticas por sua aparente falta de conhecimento sobre os riscos associados aos cigarros eletrônicos e pelo comportamento agressivo em debates. Ao invés de engajar em discussões construtivas, Thronicke optou por atacar especialistas e críticos, desconsiderando as evidências científicas sobre os malefícios dos produtos que defende.

Em março de 2024, a senadora foi vista ao lado de Eduardo Caldeirari, diretor da Philip Morris Brasil, o que pode ser visto como influência da indústria em sua atuação legislativa. O momento se destacou por coincidir com a apresentação de um relatório favorável à liberação dos DEF na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Enquanto Thronicke continua sua batalha pelo cigarro eletrônico, seus opositores alertam sobre os perigos que sua proposta representa para a saúde pública. A senadora, alheia ao crescente número de pesquisas que indicam a gravidade dos riscos associados ao uso de cigarros eletrônicos, permanece firme em sua defesa, destacando-se como uma figura polêmica em um debate que envolve interesses da indústria do tabaco e a saúde da população brasileira.

Esse perfil da senadora Soraya Thronicke revela a complexidade de sua relação com a indústria do tabaco e os desafios que se colocam no caminho da regulamentação dos dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil, num cenário onde a saúde pública deve prevalecer sobre interesses econômicos.

Fontes:

<https://ojoioeotrigo.com.br/2024/03/senad-ora-quer-atropelar-a-anvisa-e-tirar-foto-com-corporacao/>

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2024/08/20/pl-que-endurece-regras-para-comercializacao-de-vapes-e-votado-entenda.htm>

OPAS atualiza a o Plano de Ações Estratégicos para Fortalecer o Controle do Tabaco na Região das Américas 2025-2030

O consumo de tabaco continua a ser uma das principais ameaças à saúde pública mundial, gerando uma significativa carga social, econômica e ambiental para os países, além de exacerbar a pobreza e aumentar as desigualdades. Este consumo é prejudicial em todas as suas formas, não existindo um nível seguro de exposição ao fumo do tabaco, e representa um fator de risco prevenível para as quatro principais doenças não transmissíveis (ENT): doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas e diabetes.

Na Região das Américas, as ENT são a principal causa de mortalidade e incapacidade, responsáveis por 81% das mortes anuais. O consumo de tabaco causa cerca de um milhão de mortes por ano na região, afetando de forma desproporcional aqueles que vivem em países de baixa ou média renda. A evidência sobre como abordar a epidemia de tabagismo de forma custo-efetiva é abundante e se baseia na aplicação dos mandatos do Convênio-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CMCT) e do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, bem como nas orientações do plano MPOWER da Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS reconhece cinco medidas contidas no CMCT como os melhores investimentos para prevenir e controlar as ENT, sendo sua implementação relevante para todos os Estados Membros, independentemente de sua condição em relação ao CMCT.

Embora nos últimos anos tenha havido avanços notáveis na luta contra a epidemia de tabagismo na região, a maioria dos Estados Membros ainda não cumpre plenamente os compromissos internacionais assumidos. Este documento propõe um plano de ação até 2030, priorizando medidas-chave para acelerar a aplicação do CMCT e permitir que os Estados Membros alcancem as metas de redução do consumo de tabaco e da mortalidade prematura causada pelas ENT.

A estratégia e o plano de ação incorporam uma perspectiva de equidade, com especial atenção a grupos vulneráveis, e estão alinhados com decisões e mandatos regionais e globais. Além disso, trazem lições da estratégia anterior (2018-2022) e abrangem tanto produtos convencionais quanto emergentes de tabaco, incluindo os sistemas eletrônicos de administração de nicotina e os chamados "cigarros eletrônicos".

Este plano de ação representa um passo importante para fortalecer o controle do tabaco na Região das Américas, promovendo a saúde pública e enfrentando os desafios que a epidemia de tabagismo ainda apresenta.

Fonte:

<https://www.paho.org/es/documentos/ce17418-estrategia-plan-accion-para-fortalecer-control-tabaco-region-americas-2025-2030>

Expediente:

Presidente da Fiocruz: *Mário Santos
Moreira*
Diretor da ENSP: *Marco Antônio Menezes*
Coordenadora do Cetab: *Silvana Rubano
Turci*

Corpo editorial:

Alex Medeiros Kornalewski
Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho
Danielle Barata Silva
Luis Guilherme Hasselmann
Silvana Rubano Turci

CCI Ensp – Identidade visual

Contato:

cetab.ensp@fiocruz.br



[@CETAB_Fiocruz](https://twitter.com/CETAB_Fiocruz)



[/cetab.fiocruz](https://www.facebook.com/cetab.fiocruz)



[/cetab_fiocruz](https://www.instagram.com/cetab_fiocruz)



FCTC

WHO FRAMEWORK CONVENTION
ON TOBACCO CONTROL

SECRETARIAT-OBSERVATORY

**OBSERVATÓRIO
SOBRE AS
ESTRATÉGIAS
DA INDÚSTRIA
DO TABACO**